

RELAÇÃO ENTRE DEPENDÊNCIA E IFDM NOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO PORTE

Paulo Henrique Cirino¹, Álvaro Fabiano Pereira de Macedo².

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 promoveu a descentralização fiscal, os critérios de partilha dos impostos, com intuito de fortalecer o federalismo fiscal e deu autonomia aos municípios. Rege o sistema de transferências intergovernamentais, com objetivo de corrigir desigualdades entre os entes federados, nos quais as receitas próprias não atendem suas demandas, de modo que essas transferências são executadas da seguinte forma: o Governo Federal repassa recursos para os Estados e Municípios. O objetivo do estudo é analisar o nível de dependência dos municípios brasileiros de médio porte das transferências Intergovernamentais e sua relação no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), durante um período temporal de 2013 a 2016. Trata-se de um estudo quantitativo tendo como base os dados que foram coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com população entre 100 e 500 mil habitantes. Analisou-se 245 municípios, sendo utilizados para amostragem apenas 190 municípios, utilizou-se a análise de regressão no SPSS v20 para extrair os resultados. O principal achado da pesquisa foi que existe uma relação inversamente proporcional entre o IFDM e o grau de dependência das transferências intergovernamentais, dessa forma, à medida que o grau de transferência aumenta o IFDM diminui, pois os municípios que possui maior receita própria orçamentária tem melhor índice de desenvolvimento. O artigo leva a crer que os municípios devem buscar fontes alternativas de captação de recursos para que o grau de dependência das transferências seja cada vez menor.

Palavras-chave: Federalismo Fiscal. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. Transferências Intergovernamentais.

ABSTRACT

The Federal Constitution of 1988 promoted the decentralization, the sharing criterion, in order to empower fiscal federalism and foster municipal autonomy. It rules the system of intergovernmental transfers, aiming to correct inequalities among the federal entities which revenues do not cover the demands, in a way that these transfers work with the Federal Government transferring funds to states and municipalities. The aim of this study is to analyze the degree of dependency of Brazilian medium-sized municipalities in what refers to the intergovernmental transfers and its impact on the FIRJAN Municipal Development Index (IFDM), from 2013 to 2016. This is a qualitative study, based on the data generated by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), with a population of 100 to 500 thousand inhabitants. A number of 190 municipalities were studied with the use of the SPSS v20 regression analysis to obtain the results. The main findings of the research point to a

- 1- Bacharelado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido(UFERSA).
- 2- Professor da UFERSA Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná(PUC-PR).

direct and inverse relationship between the IFDM and the intergovernmental transfers' degree of dependency. Thus, the higher the degree of transfers, the lower the IFDM, since the municipalities with greater revenues present a better development index. The study leads to the belief that the fiscal federalism process that exists today needs to be altered on the one hand. However, the municipalities should pursue alternative resources of raising funds in order to diminish the degree of transfer's dependency.

Keywords: Fiscal Federalism. FIRJAN Municipal Development Index. Intergovernmental Transfers

1 INTRODUÇÃO

Conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, a organização política-administrativa do Estado é a federativa, ou seja, mais de um ente de direito público interno pode ser considerado fonte de poder autônomo. A federação brasileira apresenta uma peculiaridade quanto ao modelo de pacto federativo à medida que inclui o município como integrante da federação no mesmo patamar hierárquico da União e dos Estados.

A promulgação da referida constituição ampliou e consolidou o processo de descentralização dos municípios brasileiros garantindo autonomia administrativa, política e financeira necessária para o desempenho de suas funções sem a ingerência dos demais membros. No entanto, deve-se observar que a autonomia para consecução de suas competências materiais constitucionais encontra-se apenas formalmente concretizada devido à insuficiência de receitas próprias.

Resende e Teodósio (2008) argumentam que é aceitável considerar que a descentralização só obterá pleno êxito se o governo central se fortalecer principalmente em seus papéis de regulação, diminuição das desigualdades regionais e melhoria dos equipamentos e serviços públicos locais, reforçando ainda mais a ideia de desenvolvimento.

O desenvolvimento pressupõe não apenas o fator do crescimento econômico, mas, também, melhorias no âmbito social. Para que essas melhorias sejam implementadas de modo eficiente nessa reestruturação do federalismo brasileiro, faz-se necessário garantir às unidades descentralizadas mais próximas da população (municípios) recursos financeiros suficientes para custear os encargos públicos.

Assim, nesse estudo, o desenvolvimento socioeconômico é definido genericamente como processo no qual o crescimento econômico (emprego e renda) e o social (educação e saúde) estão interligados em uma relação de dependência, isso porque, atualmente, o desenvolvimento está mais vinculado à questão da maior ou menor isenção da economia globalizada.

Em 2008, foi criado o IFDM (ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL), exclusivamente baseado em estatísticas públicas oficiais, disponibilizados pelos Ministérios do Trabalho, Saúde e Educação. O índice é um estudo do Sistema Firjan que acompanha ano a ano o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros nas áreas de: educação, saúde, emprego e renda.

O presente artigo tem como objetivo **analisar o nível de dependência dos municípios brasileiros de médio porte das transferências Intergovernamentais e sua relação no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**, levando em consideração a representatividade desse tipo de transferência na composição da estrutura de financiamento municipal, ou seja, demonstrar a participação percentual das transferências intergovernamentais e convênios na composição das receitas dos municípios brasileiros.

Em seus objetivos específicos busca: analisar a relevância dos repasses intergovernamentais para os municípios, visto que as composições das receitas municipais são formadas pelas arrecadações próprias e pelas transferências intergovernamentais,

cujos recursos podem ser de livre aplicação ou vinculada a algum tipo de atividade específica; verificar a dependência dos municípios em relação a esses repasses, pois se constata que as transferências são instrumentos que têm por objetivo a redução das desigualdades socioeconômicas dos municípios, por outro lado, nota-se também que essas transferências acabam desestimulando os municípios a explorarem sua base tributária própria (ODAIR; ALENCAR; 2010), e, por fim, verificar qual a relação do poder de arrecadação desses entes federados com seu IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal).

Estruturalmente, este artigo apresenta, de início, a lógica do federalismo fiscal, a composição das receitas municipais e também o IFDM. Em seguida, faz-se a relação dos repasses federais com IFDM. Quando se fala em transferências intergovernamentais vem logo em mente a dependência financeira dos municípios brasileiros para com a União, já que os repasses realizados por ente federativo são a principal fonte de receitas para alguns municípios.

Assim, o presente trabalho torna-se relevante na medida em que avalia o nível de dependência dos municípios brasileiros de médio porte, em relação às transferências intergovernamentais e a influência no seu IFDM no período de 2013 a 2016. Sendo assim, é válido esforço no sentido de alcançar compreensões, análises e resultados mais apurados sobre a temática e de certa forma contribuir tanto para a sociedade de forma geral como a acadêmica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FEDERALISMO FISCAL BRASILEIRO

Segundo Moisés Filho (2012) o surgimento do federalismo está relacionado com a independência das 13 colônias americanas no final do século XVIII. Para resolver o impasse político em que se encontrava a recém-criada Confederação Norte-Americana, considerada um arranjo político instável e frágil, a federação representou melhor a alternativa, já que as colônias sempre tiveram governos autônomos e rejeitavam a criação de um estado soberano e unitário.

De modo similar, Santos, K.G. B (2014) relata que o federalismo fiscal brasileiro surgiu pelo desejo de se obter a autonomia de um governo central, e enquanto prática administrativa de especialização do estado, por conseguinte, atualizando o sistema tributário. No que tange a sistema tributário, tem-se que: a maioria dos impostos recebidos pelos estados federados e municípios é repassada à União para que então tais impostos possam ser redistribuídos e proporcionalmente reconduzidos.

A teoria do Federalismo Fiscal incide sobre o papel econômico do governo na existência da nação. Em um mercado livre, baseado no sistema capitalista, o governo pretende interferir apenas o necessário para manter a estabilidade do sistema, para que todos tenham acesso relativamente igual para o mesmo salário, oportunidades econômicas e bens de consumo.

Nesse sentido, o Federalismo Fiscal é um arranjo financeiro que estabelece regras para a divisão das receitas, das despesas e dos encargos entre entes da federação. O compromisso federativo baseia-se no fornecimento de serviços públicos e infraestrutura em níveis semelhantes, para residentes das unidades federadas (SANTOS; SANTOS, 2014).

Federalismo Fiscal consiste em uma área de estudo em economia pública que incide sobre atribuição de direitos fiscais e responsabilidades através de diferentes níveis de governo. Há muitas teorias diferentes do Federalismo Fiscal, com alguns sugerindo que a maior alocação de fundos deve ir para governo descentralizado, enquanto outros sugerem que um governo central forte é mais importante.

A Constituição Brasileira de 1988 marca o processo de descentralização financeira no país, ou seja, implantou um federalismo real e efetivo. Após um período precedente caracterizado pela centralização no golpe de Estado em 1964, o processo constitucional efetivou a necessidade de se elevar o nível de autonomia dos Estados e municípios brasileiros. Assim, os municípios passaram a ter a qualidade de ente federativo e, então, foram incluídos, de fato, na definição das áreas de atuação conjunta de todos os entes federativos em prol do desenvolvimento de políticas sociais e econômicas fundamentais para o país (GIROLDO; BASSOLI, 2012).

Os municípios brasileiros foram os entes mais beneficiados pelos ideais descentralizadores introduzidos pela Constituição de 1988, pois se tornaram mais independentes na alocação de recursos próprios, financiamentos, na administração de suas receitas (SOUZA, 2002) e na ampliação das competências municipais, asseverando-lhes maior autonomia financeira (SANTOS, 2003).

2.1.1 Transferências intergovernamentais para os municípios

Entender como funcionam as transferências intergovernamentais é importante passo para a compreensão do federalismo fiscal existente em um país, pois permite uma maior compreensão entre o relacionamento dos Entes Estaduais e Municipais com o Governo Central.

Nesse sentido, de acordo com Gomes (2007), as transferências intergovernamentais constituem repasses de recursos financeiros entre entes descentralizados de um Estado ou entre estes e o poder central, com base em determinações constitucionais, legais ou, ainda, em decisões discricionárias do órgão ou entidade concedente com vistas ao atendimento de determinado objetivo genérico.

Assim, conforme a cartilha BRASIL (2016), existem na legislação brasileira várias maneiras diferentes de se efetuarem transferências fiscais amparadas por arcabouço jurídico: Constituição Federal, Leis Complementares, Portarias, Decretos e etc. Segundo o relatório de atividades e subgrupos de classificação das transferências da União, criado a partir de atuação conjunta de membros da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda, Secretaria do Orçamento Federal (SOF) e Controladoria Geral da União (CGU), as transferências constitucionais são aquelas que decorrem de mandamento Constitucional, são regulamentadas por lei e realizadas de forma automática, ocorrendo entre entes federativos. Já as transferências voluntárias são aquelas que efetuam a entrega de recursos para entes federativos a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira que não decorrem de determinação constitucional ou legal.

De acordo com Gonçalves (2013) as transferências intergovernamentais configuram recursos relevantes ao equilíbrio das finanças públicas dos municípios e instituem um importante instrumento político no âmbito do Federalismo Fiscal.

Atualmente, no Brasil, as transferências constitucionais podem ser da União para os Estados, da União para os Municípios e dos Estados para os Municípios, pois o sistema de transferência brasileiro é caracterizado por um fluxo vertical, no qual o Governo Federal transfere recursos para os Estados e municípios e os Estados transferem apenas para os municípios. Vejamos abaixo:

Figura 1- Partilha das transferências intergovernamentais.

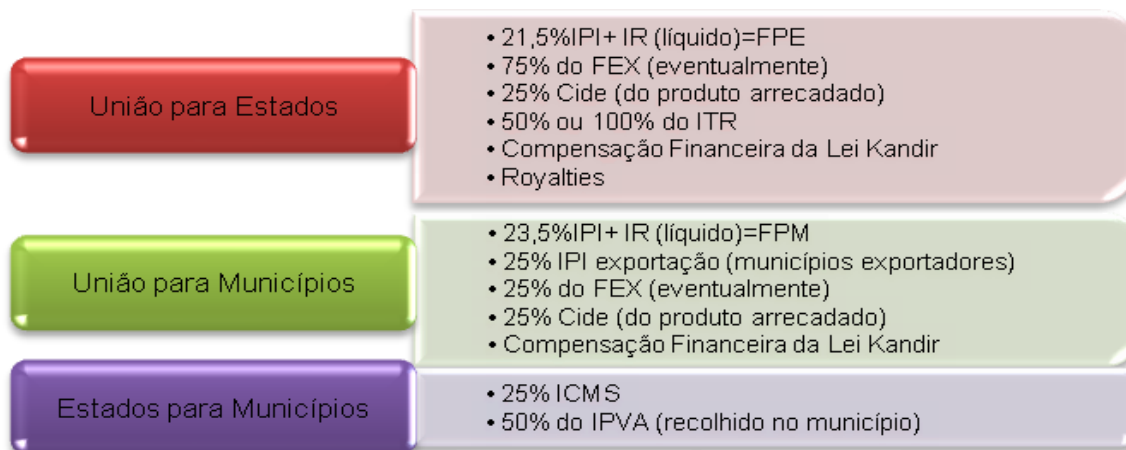


Diagrama de apresentação das Transferências Constitucionais. Fonte: CNM (2012).

Conforme Moisés Filho (2012), o grande desafio do Federalismo Fiscal é distribuir igualmente os recursos, proporcionando a redução do desequilíbrio causado por brechas horizontais e verticais que podem levar à existência de serviços públicos de níveis diferentes entre governos subnacionais ou a desigualdades no encargo tributário estabelecido aos cidadãos. Dessa forma, as transferências intergovernamentais têm a finalidade de garantir a equidade da federação.

2.1.2 Receitas municipais

As receitas públicas na esfera municipal referem-se aos procedimentos empregados na obtenção e administração dos recursos financeiros necessários para realização dos serviços públicos e dos programas de interesse local que constam no orçamento municipal e são executados ou desenvolvidos por intermédio das despesas públicas (MORAIS; OLIVEIRA; ROCHA, 2016). O gráfico a seguir apresenta como ficou distribuída a partilha do “bolo tributário” entre os três entes federativos no ano de 2016.

Gráfico 1



Fonte: <http://sad-alianca-cuitepb.blogspot.com>

Dessa forma, percebe-se que a União visa concentrar a receita tributária, para que em um segundo momento, possa repartir com Estados e municípios.

Conforme relatam em seus estudos, Brito e Dias (2016) definem dois tipos de receita pública municipal: Orçamentária e Extraorçamentária. A receita orçamentária é fundamentada no anexo III, da Lei nº 4.320/64 que integra o orçamento público. Quanto à categoria, divide-se entre receitas correntes e receitas de capital. Frisando a receita corrente, esta é subdividida entre tributárias, contribuição, patrimonial, agropecuária,

industrial e serviços. Já a receita Extraorçamentária é aquela que é previsível, porém não integra o orçamento fiscal dos entes federados.

Conforme Soares et al (2014), as receitas municipais são formadas através de arrecadação de tributos (receitas próprias) e os repasses por parte da União e dos Estados (receitas de transferências).

No entanto, as receitas municipais encontram dificuldades em sua provisão. Como identifica Soares et al (2014), a arrecadação e aplicação de receitas tornam-se desafios à gestão das finanças públicas municipais, diante da meta de atender ao desenvolvimento local, dado ao aumento das demandas da sociedade. Essa situação acontece pelo motivo da disparidade entre municípios, sendo que os municípios menores têm baixa arrecadação tributária própria e os maiores, por receberem elevadas arrecadações próprias, desenvolvem-se mais quanto suas competências.

Conforme dados da FIRJAN (2016), 94% dos mais de 5.000 (cinco mil) municípios brasileiros têm nas transferências de recursos por parte do Governo Federal e dos Governos Estaduais, pelo menos 70% de suas receitas correntes, e 86% deles no ano de 2016 não conseguiram gerar nem 20% de receitas próprias, ou seja, mostra a dependência financeira dos municípios em relação às transferências intergovernamentais.

2.1.3 Estudos anteriores

Carneiro da Silva (2017) fez uma relação de estudos anteriores sobre o tema, que serve bem para embasar a análise realizada no presente estudo.

Santos e Santos (2014) buscaram analisar qual o nível de dependência dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) nos municípios do Sul da Bahia: percebeu-se através dos resultados que os municípios menos dependentes possuem uma atividade econômica fortalecida, principalmente nos setores da indústria, serviços essenciais e turismo. Essas atividades proporcionam aos municípios um incremento na receita através de impostos, no entanto, municípios pequenos em que a principal atividade econômica é a agricultura são mais dependentes desses repasses, e isso se dá por sua fraca arrecadação de tributos próprios, visto ser a sua principal atividade econômica de cunho familiar.

A pesquisa de Moisés Filho (2012) teve como objetivo verificar a influência das transferências intergovernamentais no esforço tributário dos Municípios do Estado de Goiás nos anos de 2000 a 2009, utilizando-se a relação entre receita tributária e produto interno bruto municipal. Através da análise de correlação o estudo observou significativa relação entre as variáveis, esforço tributário e transferências correntes, e que a variável de dependência municipal das transferências correntes possui grande força. Constatou-se também que apesar de os pequenos municípios receberem grande volume de transferências, estes evoluíram mais no esforço tributário em relação aos maiores.

Oliveira (2015) buscou analisar a relação das transferências intergovernamentais no esforço da arrecadação de tributos no Município de Goiânia nos anos de 2009 a 2013, a autora pôde concluir que a maior fonte de arrecadação de receita no município foi as transferências intergovernamentais, e que este volume de transferências recebidas influencia de forma negativa e significativa no esforço tributário do município.

Moratta (2015) analisou o papel desempenhado pelas transferências governamentais na receita pública e sua participação no crescimento econômico dos municípios. A resolução deste estudo aponta para a existência de uma fraca relação entre dependência das transferências intergovernamentais e o crescimento dos municípios, deste modo demonstra ser um fator que não influencia no crescimento econômico dos municípios, e apesar dessa relação fraca entre esses fatores avaliados, as transferências são essenciais para a manutenção econômica dos municípios.

Conforme os estudos citados, pode-se visualizar que os municípios pequenos têm certa dependência dos repasses intergovernamentais para que possa suprir as demandas

dos elementos básicos de seus municípios, apesar de evoluírem razoavelmente no esforço tributário.

2.2. ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM)

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um estudo do Sistema FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) que acompanha o desenvolvimento socioeconômico das cidades brasileiras nas seguintes esferas: emprego e renda, educação e saúde.

O IFDM é um indicador desejável e transparente para que se possa obter um diagnóstico da situação socioeconômica dos Estados e municípios da federação brasileira. Esse índice é desenvolvido anualmente e contém um intervalo de 0 a 1: quanto mais próximo de um, melhor é o desenvolvimento do município.

Conforme Sen (2001, p.29) o desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, à melhoria da vida que levamos e à liberdade que desfrutamos. Para o autor, existem milhões de pessoas no mundo vítimas de várias formas de privação de liberdade, seja a falta de acesso aos serviços de saúde, de saneamento básico, água tratada, educação funcional, emprego remunerado ou a segurança econômica e social.

Criado em 2008, o IFDM é feito exclusivamente com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde, que têm a finalidade de medir as mudanças do Brasil visando às oportunidades futuras. Sua metodologia possibilita determinar se a melhoria ocorrida em determinado município foi em decorrência de adoções de políticas públicas específicas ou se é reflexo da queda dos demais municípios nas seguintes áreas: **Saúde:** leva em consideração o número de consultas de pré-natal oferecido às gestantes; **Educação:** mede a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de Ensino Fundamental, Médio e Superior; **Emprego e Renda:** mede o poder de compra da população, conforme o PIB per capita ajustado ao custo de vida local (FIRJAN, 2017).

Segundo o sistema FIRJAN (2017), o IFDM possibilita reconhecer dificuldades, orientar políticas e acompanhar seus impactos no desenvolvimento municipal. Traz uma análise mais detalhada referente ao município, abrange o território nacional, corte municipal e atualização anual. Vejamos o detalhamento de cada esfera de análise:

TABELA 01

EMPREGO E RENDA	Indicador que mostra o cenário no mercado de trabalho do município, tanto econômico como estrutural (FIRJAN, 2017). Para isso, utiliza fontes tais como: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Central Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), projeções oficiais do IBGE. Segundo FIRJAN (2017) emprego é a geração “formal e a capacidade de absorção da mão de obra que acompanha a geração de renda e sua distribuição no mercado de trabalho do município”;
EDUCAÇÃO	Esse índice verifica a oferta de educação infantil e as características do nível fundamental tanto em escola pública como em escola privada. Esses dados são colhidos do Ministério da Educação (MEC) com as seguintes ponderações: taxa de matrículas, taxa de distorção idade-série, percentual de docentes com curso superior, média de horas-aulas diárias, taxa de abandono e média do Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
SAÚDE	Essa variável utiliza as informações de quantidades de consultas pré-natais e taxa de aborto por causas mal definidas e taxas de óbito por causas evitáveis.

Diante da combinação dessas três variáveis tem-se a leitura simples do índice que varia de 0,0 a 1,0:

TABELA 02

BAIXO DESENVOLVIMENTO	Municípios com IFDM entre 0,0 – 0,4
DESENVOLVIMENTO REGULAR	Municípios com IFDM entre 0,4 – 0,6
DESENVOLVIMENTO MODERADO	Municípios com IFDM entre 0,6 – 0,8
ALTO DESENVOLVIMENTO	Municípios com IFDM entre 0,8 -1,0

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nasceu em resposta à necessidade de se monitorar anualmente o desenvolvimento socioeconômico de uma região, considerando as diferentes realidades de sua menor divisão federativa: o município (FIRJAN, 2011).

Convém elencar as principais vantagens do IFDM (FIRJAN, 2011): anualidade, o IFDM pode ser considerado uma ferramenta de gestão pública, na medida em que permite o acompanhamento sistemático da realidade dos municípios brasileiros; permite a comparação absoluta entre municípios ao longo do tempo, uma vez que sua metodologia possibilita determinar com precisão se a melhoria relativa ocorrida em determinado município decorre da queda da adoção de políticas específicas, ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios; avalia o desenvolvimento dos municípios, com variáveis que espelham, com maior nitidez, a realidade municipal brasileira, permitindo a orientação de ações públicas e o acompanhamento de seus impactos sobre o desenvolvimento dos municípios.

A edição publicada em 2012 tem como ano-base 2010 e, apesar dessa defasagem, tem como diferencial em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) sua maior frequência de publicação, justificando assim a escolha deste índice para ser utilizado nesta pesquisa. Desse modo, o IFDM traz uma visão atualizada, além de utilizar um conjunto de indicadores brasileiros em sua composição.

3. METODOLOGIA

O presente estudo teve uma abordagem quantitativa para seu desenvolvimento uma vez que dentro dos objetivos específicos estabelecidos, buscou-se verificar a dependência das transferências intergovernamentais e sua relação no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. É uma pesquisa de caráter descritiva, pois evidencia o grau da dependência das transferências Federais e Estaduais, também verificar qual a relação de poder de arrecadação desses entes federados com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Em relação aos procedimentos, é realizada através de análise bibliográfica, feita a partir de artigos periódicos e livros.

O estudo tem como principal objetivo analisar o nível de dependência dos municípios brasileiros de médio porte das transferências Intergovernamentais e sua relação no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, dentro de uma série temporal e corte transversal. A presente pesquisa fará um levantamento dos últimos quatro (04) anos, ou seja, 2013 a 2016, a opção por esse período deve-se à disponibilidade de informações no site da Secretaria do Tesouro Nacional e no Sistema FIRJAN.

A amostra da pesquisa foi composta pelos municípios considerados de médio porte segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou seja, com população entre 100 e 500 mil habitantes de todas as regiões do país, dessa forma pela semelhança populacional é possível analisar e comparar os resultados dos municípios.

A coleta dos dados foi realizada no site do Sistema de Informações Contábeis e fiscais do Setor Público Brasileiro (SINCONFI), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com informações do período de 2013 a 2016. Os dados coletados para análise foram: Receita Orçamentária, Receita de Transferências Correntes e Deduções da Receita Corrente. Após

a coleta dos dados foi calculado o valor da Transferência líquida e o grau de dependência de cada município em relação às transferências.

O levantamento inicial era um universo de 245 municípios. Aqueles que não apresentavam os dados completos foram excluídos da amostra, restando assim 191 municípios para análise em um período de 04 anos, totalizando 764 observações.

TABELA 3

ESTADOS	UNIVERSO	AMOSTRA	EXCLUIDOS DA AMOSTRA
RS	22	15	07
PR	10	08	02
SC	13	11	02
SP	64	52	12
RJ	18	12	06
MG	27	22	05
ES	09	07	02
BA	15	12	03
SE	01	01	0
AL	01	01	0
PE	11	11	0
PB	02	02	0
RN	05	03	02
CE	07	07	0
PI	01	01	0
MA	08	07	01
TO	01	01	0
AM	01	01	0
PA	12	07	05
AP	01	0	01
AC	0	0	0
MT	03	02	01
MS	03	03	0
GO	10	04	06
RR	01	01	0
RO	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Para análise do grau de dependência dos recursos intergovernamentais foram utilizados os valores elencadas da seguinte forma: receitas orçamentárias, receitas de transferências correntes, deduções das receitas e transferências líquidas.

Essa relação se faz acerca dos recursos transferidos e ao total da Receita Orçamentária. Para determinação do grau de dependência do município dividiu-se as transferências líquidas pela Receita Orçamentária obtendo assim um índice denominado Grau de dependência em relação às transferências orçamentárias.

Para a apresentação da variável do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios, utiliza-se o Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM). Trata-se de estudos anuais realizados pelo sistema FIRJAN, que acompanham o desenvolvimento de todos os municípios brasileiros em três áreas: Emprego e renda, Educação e Saúde.

A equação 1 representa o modelo econométrico utilizado para determinar as relações entre a variável Grau de dependência das transferências sobre o IFDM dos municípios.

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X_i + \varepsilon_i$$

Onde:

Y = Variável dependente índice IFDM, no ano t .

$\beta_1 X_i$ = Variáveis dependente no ano t .

ε_{it} = Termo de erro.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para analisar a relação das transferências intergovernamentais no IFDM foi calculada a regressão linear do modelo tendo como variável dependente o índice IFDM e como variável independente o grau de dependência das transferências governamentais.

O método de análise utilizado foi dado em painel por conter dados seccionais e temporais. O teste de Komogorov-Smirnov apontou problema de normalidade nos painéis analisados o que já era esperado para o modelo, porém, Gujarati (2006) cita que pelo Teorema do Limite Central é possível que seja flexibilizada a pressuposição da distribuição normal dos dados para amostras grandes de forma a não interferir na consistência do modelo, além de ter sido rodado também com erro robusto para corrigir o problema da distribuição normal. Como foram realizadas 760 observações o problema da normalidade não interferiu na consistência do modelo. Foi realizado também o teste White para heteroscedasticidade e o modelo revelou que não existe problema de heteroscedasticidade dos dados.

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS DADOS

A análise dos dados permitiu chegar aos seguintes valores em termos de estatística descritiva.

Tabela 04 - Distribuição dos indicadores por região.

REGIÃO	VARIÁVEIS	GRAU DE DEPENDÊNCIA	IFDM
CENTRO-OESTE	MEDIA	0,58	0,79
	MEDIANA	0,60	0,81
	DESVIO PADRÃO	0,07	0,06
	MENOR VALOR	0,42	0,65
	MAIOR VALOR	0,69	0,87
SUDESTE	MEDIA	0,59	0,81
	MEDIANA	0,58	0,82
	DESVIO PADRÃO	0,12	0,08
	MENOR VALOR	-0,38	0,51
	MAIOR VALOR	0,87	0,92
SUL	MEDIA	0,54	0,80
	MEDIANA	0,54	0,81
	DESVIO PADRÃO	0,11	0,06
	MENOR VALOR	0,08	0,62
	MAIOR VALOR	0,79	0,89
NORDESTE	MEDIA	0,73	0,69

	MEDIANA	0,74	0,69
	DESVIO PADRÃO	0,08	0,06
	MENOR VALOR	0,44	0,53
	MAIOR VALOR	0,94	0,84
NORTE	MEDIA	0,76	0,68
	MEDIANA	0,81	0,68
	DESVIO PADRÃO	0,10	0,09
	MENOR VALOR	0,54	0,49
	MAIOR VALOR	0,96	0,86

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Em cada região buscou-se enfatizar o município com menor grau de dependência de transferências intergovernamentais e sua principal fonte de receita, dessa forma pode-se constatar como os aspectos econômicos contribuem no processo de redução do grau de dependência e melhora nos indicadores, tais como o IFDM. A região Sul foi a região que apresentou o menor grau de dependência das transferências governamentais – cerca de 0,54 – e a que apresentou o maior grau de dependência foi a região Norte com cerca de 76%. Com relação ao IFDM, o melhor resultado foi da região Sudeste com valor de 0,81 enquanto o nível mais baixo também foi constatado na região Norte.

Na região Centro-oeste, o município de Dourados no Mato grosso do Sul apresentou o menor nível de dependência das transferências governamentais. Sua economia baseia-se na economia da agroindústria, tem uma arrecadação tributária próspera, possui a segunda maior arrecadação de ICMS do Estado do Mato Grosso do Sul. Possui um percentual de receitas oriundas das transferências intergovernamentais de 62,5% segundo dados do IBGE (2015).

Na região Nordeste o município de Sobral no Ceará apresentou o melhor IFDM com valor próximo de 0,9. Os números são alavancados principalmente pelo quesito Educação, que durante o período de 2013 a 2016 ficou acima do índice considerado Alto Desenvolvimento, proveniente de grandes investimentos nessa área. Já seu índice de dependência das transferências intergovernamentais ficou em torno de 0,80. Tem um setor industrial forte, extrativismo vegetal e mineração como fonte de renda econômica.

Na região Sudeste o município de São José do Rio Preto - SP obteve seu IFDM oscilando na casa de 0,8 a 0,9 e um grau de dependência financeira das transferências intergovernamentais estimado em 0,44. É considerada uma cidade com umas das maiores rendas per capita do País, sua economia é diversificada, ou seja, vários setores se destacam, tais como: indústria, agronegócio e serviços. Seu IFDM também foi puxado pelos quesitos Educação e Saúde durante o período de 2013 a 2016, considerado alto desenvolvimento.

Na região Sul, o município de Balneário Camboriú localizado no Estado de Santa Catarina, apresentou um dos menores níveis de dependência das transferências governamentais, sua economia é alavancada pelo setor de turismo. Sua população é em torno de 187.000 habitantes, porém na alta temporada se reveza em torno de quatro milhões de habitantes entre dezembro, janeiro e fevereiro.

Na região Norte, a cidade de Palmas, capital do Tocantins, apresenta-se como a cidade de menor grau de dependência dos repasses intergovernamentais, com índice em torno de 0,58. Os principais setores da economia em destaque são os de serviço e a indústria.

Os dados demonstram que quanto maior o IFDM menor a dependência das transferências intergovernamentais. Outro dado importante apresentado pela análise é o baixo desvio padrão de acordo com cada região.

4.2 ANÁLISE DE REGRESSÃO DOS DADOS

Foi realizada a análise de regressão no SPSS v20 para extrair os resultados da análise, dessa forma o valor obtido da regressão foi:

Resumo do modelo^b

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,554 ^a	,306	,306	,070

a. Preditores: (Constante), GRAU_DEP

b. Variável dependente: FIRJAN

Pela análise do modelo, percebe-se que o poder de explicação foi de 0,306, o que poderia ser considerado baixo, porém como se trata de apenas uma variável pode-se considerar um valor de referência razoável.

Tabela 05 - Modelo de regressão:

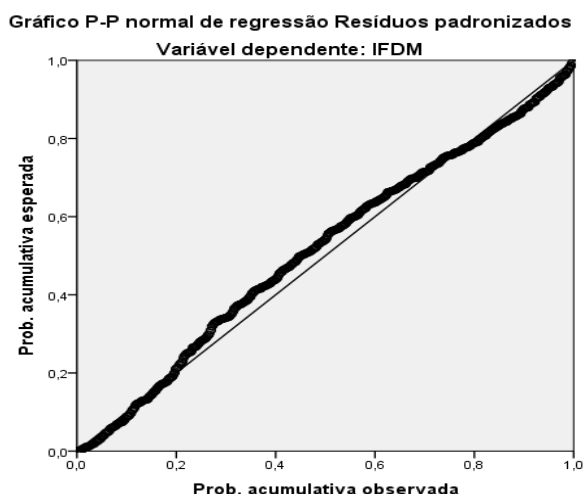
Coefficientes^a

Modelo	Coefficientes não padronizados		Coefficientes padronizados	t	Sig.	Intervalo de confiança 95,0% para B		Estatísticas de colinearidade	
	B	Modelo padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior	Tolerância	VIF
1 (Constante)	,983	,012		80,827	0,000	,959	1,007		
GRAU_DEP	-,343	,019	-,554	-17,912	,000	-,381	-,306	1,000	1,000

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Analisando o modelo tem-se que: $Y = \beta_0 + \beta_1 X_i + \varepsilon_i$, logo $Y = 0,983 - 0,343 + \varepsilon_i$, ou seja, para cada unidade acrescentada da variável independente Grau de dependência das transferências voluntárias haverá uma redução no valor da variável dependente IFDM na proporção de 0,343. Com relação à multicolinearidade do modelo, o valor de VIF foi 1, logo não se tem o efeito da multicolinearidade.

Considerando as pressuposições do modelo de análise de regressão, deve-se avaliar se os resíduos têm distribuição normal, o que foi constatado pela análise do gráfico a seguir.



Assim, após a análise do modelo de regressão, pode-se considerar que o grau de dependência das transferências orçamentárias para os municípios tem uma participação razoável na determinação do IFDM. À medida que o grau de transferência aumenta, o IFDM diminui o que já era esperado para o modelo, pois municípios que possuem maior receita própria orçamentária tem por característica um melhor índice de desenvolvimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar o nível de dependência dos municípios de médio porte das transferências intergovernamentais e sua relação no IFDM. Para isso foi analisado o período de 2013 a 2016.

O processo de arrecadação dos municípios no Brasil é influenciado pelo Federalismo Fiscal atualmente em vigor, dessa forma os municípios devem buscar alternativas para incrementar seu orçamento por meio de arrecadação própria.

Os dados apontaram que o IFDM sofre influência do grau de dependência das transferências intergovernamentais de forma moderada, acerca de 0,306, e negativa, ou seja, quanto maior o IFDM menor valor tem para o grau de dependência das transferências. Essa análise ficou bastante evidente quando se analisou região por região: é perceptível que a evolução do IFDM segue inversamente proporcional ao grau de dependência.

Os achados do artigo levam a crer que o processo de Federalismo Fiscal existente hoje carece de alterações por um lado, mas também leva a crer que os municípios devem buscar fontes alternativas de captação de recursos para que o grau de dependência das transferências seja cada vez menor. Outro ponto a destacar sobre os achados da pesquisa é que ela limitou-se a analisar somente a relação direta entre dois indicadores, o que não invalida o modelo, mas carece de mais pesquisas incluindo outras variáveis tais como Receitas de transferências correntes ou as Deduções das Receitas Correntes. Outra análise adicional a ser levada em consideração é sobre a população do município e o nível de arrecadação, pois o fator Desenvolvimento da Economia Local afeta os indicadores.

Por fim, conclui-se que quanto menor a dependência das transferências intergovernamentais maiores o IFDM, o que sugere que seja feita uma análise das causas desses achados de forma a contribuir com a melhoria de todos os indicadores e não somente um em detrimento a outro.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, W. **Jornal daqui: sua voz conectada a notícia**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.daquibh.com.br/eleicoes-2016/> Acessado em setembro de 2017.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013 (com dados do censo de 1991, 2000 e 2010) Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking-idhm-municipios-2010-aspx>. Acessado em setembro de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa de 1988**. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 05 de out. de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/compilado.htm Acessado em setembro de 2017.

BRITO H. S; DIAS, R. R. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, V. 3, n.1, Floriano - PI, Jan-Jun. 2016.

CARNEIRO DA SILVA, L. D. **Análise da dependência das transferências intergovernamentais dos municípios paraibanos** - João Pessoa, 2017. 39 f. Monografia Universidade Federal da Paraíba Centro de Ciências Sociais Aplicadas Departamento de Finanças e Contabilidade Curso de Ciências Contábeis, João Pessoa 2017.

ENCICLOPÉDIA, CULTURAMA. **“O que é Federalismo Fiscal”?** Janeiro de 2016. Disponível em <https://edukavita.blogspot.com.br/2016/06/o-que>. Acessado em setembro de 2017.

FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. Disponível em <http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-índice/>. Acessado em setembro de 2017.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN.2011. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM**. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9229431C90122A3B25FA534A2.htm> Acessado em setembro de 2017

GIROLDO; BASSOLI. Autonomia fiscal e o federalismo fiscal brasileiro. **Revista de Direito Público**, Londrina, V. 7, n.3, p.3-20, set/dez. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direito/article/view>. Acesso em 13 jul. 2017

<http://www.2senado.leg.br/bdsf/bistream/handle/id/496301/000958177-> Acesso às 16h10min - agosto de 2017.

<http://sad-alianca-cuitepb.blogspot.com> - Acesso às 16h40min - agosto de 2017.

MASSARDI, W. O. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, ISSN 22 38-5380, UNEB, Salvador - BA; V.4, N.1, P.144-161- JAN/ABRIL 2014.

MEDEIROS B. P. DE: **FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS: Análise do Impacto da Política Nacional de Desoneração do IPI no Município de Natal/RN no Exercício de 2012**, CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2013. Pág. 1-62.

MOISÉS FILHO, J.G. **Transferências e esforço tributário: o caso dos municípios de Goiás-2000 a 2009**. Brasília, 2012

MORAIS, N. R.; OLIVEIRA, F. P. S.; ROCHA, L. A. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO NORTE: a contribuição da receita pública municipal. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, ISSN 2318-1001, João Pessoa, V. 4, n.2, p.54-67, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/recfin/article/view/27004/16069>. Acessado em: 06 set. 2017

PENA, R **“como é feito o cálculo do IDH?” Brasil escola**. Disponível em <http://brasilescola.uol.com.br/geografia/desenvolvimento-humano>. Acessado em: 06 set. 2017

RESENDE, G. A., TEODÓSIO A. S., **Descentralização e Democratização de Políticas Sociais**: Venturas e Desventuras da Sociedade Civil Organizada no Brasil In: XXXII Enanpad, 2008, Rio de Janeiro. Anais do XXXII, 2008

SANTOS, Angela M.S.P. Reforma do Estado, descentralização e autonomia financeira dos municípios. **Revista de Administração Mackenzie**, v.2,p.155-176,2003.

SANTOS, K; SANTOS, C. **Dependência municipal das transferências do fundo de participação dos municípios**: uma análise para os municípios do Sul da Bahia entre 2008 e 2012. Ilhéus, 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**; tradução Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia de letras, 2010, p.27-33. Disponível em:
<https://www.companhiadasletras.com.br/trechos>. Acessado em: 06 set. 2017

SILVA, W; ZENKE,I. A Emancipação política-administrativa da boa ventura de São Roque/PR e seus efeitos ao desenvolvimento sócio territorial. **Revista do grupo de pesquisa midiática e territorialidades ameaçadas**, TOCANTINS v.01, n.1, jul. Dez/2016.

SOARES, C.S; FLORES, S.A; CORONEL, D.A. O comportamento da receita publica municipal: um estudo de caso no município de Santa Maria (RS). **Desenvolvimento em questão**, v.2, n.25,2014.

SOUZA, Celina. Governos e sociedades locais em contextos de desigualdades e descentralização. **Ciência e Saúde coletiva**, v.7, n.3, p.431-442,2002.